

ENTREVISTA

Há dez anos, o professor George Gurgel de Oliveira mantém intensas relações de intercâmbio acadêmico com a Universidade de Salamanca e o Centro de Estudos Brasileiros, com positivos e frutíferos resultados. A partir do seu pós-doutoramento entre nós, suas preocupações de dimensão teórica e aplicada sobre o desenvolvimento regional e as políticas ambientais se consolidaram na sua atividade docente e como pesquisador, se fortalecendo com experiências fundamentalmente europeias. Sem dúvida, pôde contrastá-las com os acontecimentos no Brasil nas últimas décadas nas propostas de sustentabilidade e na Agenda 21, assumidas com esperança nas reuniões da ONU em 1992 (Cúpula da Terra no Rio de Janeiro) e, mais recentemente, em 2012 (Rio+20), momentos decisivos em escala mundial para abordar os problemas comuns sobre o câmbio global e a utilização inteligente dos recursos naturais. Daí a oportunidade da entrevista a George Gurgel de Oliveira, quando se revisam em escala mundial e local os objetivos e desafios propostos para este Milênio, e quando a crise ambiental e climática coincide no Brasil com uma grave deterioração da vida política e econômica, depois das ilusões e expectativas depositadas nos governos de Lula e Rousseff.

A trajetória acadêmica do professor George Gurgel de Oliveira parte de uma graduação e mestrado especialização em Engenharia de Petróleo e Gás Natural, trabalhou muitos anos na área de Planejamento de Sistemas Energéticos e, nos últimos anos, nos problemas de desenvolvimento e sustentabilidade e cooperação internacional, sempre a partir da Universidade Federal da Bahia. Assim, as questões meio ambientais e de desenvolvimento regional formam parte de suas linhas atuais de trabalho nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, na graduação e pós-graduação. Formou-se na Universidade Patricio Lumumba, na URSS, na segunda metade dos anos de 1970, convivendo com estudantes de mais de 100 países, o que lhe permitiu construir uma grande capacidade de interação nas relações humanas e acadêmicas, e realizar uma transição natural a partir das teses mais aplicadas da engenharia, à implementação e estabelecimento de políticas energéticas mais integrais, sociais e meio ambientais. Atualmente integra a cátedra UNESCO sobre sustentabilidade da UFBA, é Diretor do Instituto Politécnico da Bahia e Presidente do Conselho Consultivo da Fundação Astrogildo Pereira.

Esta entrevista se realizou em janeiro de 2017 no Centro de Estudos Brasileiros e na Faculdade de Geografia e História da USAL, com motivo da celebração de um Seminário sobre o "Brasil - Desenvolvimento e Sustentabilidade. Quais os Desafios", realizado no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca., coordenado pelo Prof. José Luís Alonso, da Faculdade de Geografia da USAL. Os interrogantes suscitados nos debates durante estes encontros, tanto com os alunos como com os professores assistentes, se refletem em grande parte em nossas perguntas e nas respostas do professor. Naturalmente, foram abordados os problemas atuais relacionados com a sustentabilidade e as políticas públicas em distintas escalas, mas tendo como primeira referência o Brasil e seus âmbitos regionais. Agradecemos a disponibilidade e amabilidade do professor George Gurgel de Oliveira em responder de forma tão rica a nossas perguntas. Suas amplas respostas e bem articuladas nos ensinam a conhecer a complexidade do Brasil e as dificuldades para aplicar com inteligência as propostas vinculadas ao paradigma da sustentabilidade.



Prof. Dr. George Gurgel no Seminário “Brasil: desarrollo y sostenibilidad ¿Cuáles son los desafíos?”, realizado no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca, no dia 18 de janeiro de 2017.

FORMAÇÃO ACADÊMICA E POLÍTICA

Valentín Cabero Diéguez: Como se formou a sua personalidade acadêmica e política? Consideramos que elas estão ligadas ao pensamento de tradição crítica e marxista e a posição transdisciplinar de preocupação meio ambiental. É certo?

George Gurgel de Oliveira: Vivi minha juventude na Bahia, nos anos 1960, no período inicial da ditadura militar brasileira, que derrubou o governo democrático de Jango (João Goulart, 1961 – 1964) e se estendeu até os anos de 1980. O golpe militar no Brasil se instalou em plena Guerra Fria, fazia parte de uma estratégia de intervenção da política americana na América Latina, apoiando golpes e ditaduras militares de direita, que se estenderam por todo o continente. Então, era uma sinalização clara de que os Estados Unidos não permitiriam avanços democráticos no continente, o exemplo da Revolução Cubana não deveria se repetir. Neste ambiente político e social. Na Bahia, fiz meus estudos, participei do movimento estudantil, da luta política contra a ditadura. A participação desde a juventude no Partido Comunista Brasileiro (PCB), teve também a influência do meu pai, militante comunista desde a juventude. Fui para a União Soviética em 1975. Fiz a faculdade de Engenharia na Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba, através de uma bolsa de estudos concedida pelo governo soviético. Era uma odisséia chegar a Moscou naquele período, a brutalidade do regime militar brasileiro, em 1975, voltou-se contra o PCB, centenas de dirigentes, lideranças sindicais e estudantis do PCB que foram presos e torturados. Dirigentes nacionais foram presos, torturados e mortos, com os corpos desaparecidos até hoje.

Na União Soviética, além do curso de Engenharia, estudamos Filosofia, Economia Política do capitalismo e do socialismo. A Filosofia era estudada em todos os cursos. Inclusive, para defender a dissertação de mestrado era obrigatório o exame de Filosofia. Neste período, fiz também um curso de jornalismo e trabalhei na redação portuguesa da rádio central de Moscou – uma experiência muito rica, porque tive oportunidade de dialogar, entrevistar

a muitas lideranças políticas, intelectuais, sindicais e estudantis, que viviam ou visitavam a URSS neste período. Esse tempo que vivi na URSS foi fundamental para a minha formação profissional, acadêmica, política e social.

Além da oportunidade de estudos, a experiência de estudar em uma universidade com colegas de mais de cem países e com os próprios soviéticos provenientes das diferentes Repúblicas da União Soviética, tudo isso foi de uma riqueza extraordinária. Abriu-se uma outra perspectiva de vida e de valores que pautam a minha vida até hoje. Continuo com a utopia de que é possível construir uma sociedade socialmente mais justa, que distribua melhor a riqueza material da sociedade, com ampliação cada vez mais da democracia, que preserve o meio ambiente e a diversidade cultural e espiritual da Humanidade.

Desde então, quando retornei ao Brasil, em 1981, tenho me dedicado às atividades profissionais e acadêmicas, sempre mantendo a militância política e social. Desde os anos de 1980, tenho me dedicado às atividades de ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrei o Grupo de Planejamento Energético (GPE) da UFBA, sendo um dos seus fundadores em 1983, pioneiro na Bahia em tratar da questão energética de maneira interdisciplinar. Esta iniciativa foi liderada pelo engenheiro Eduardo Rappel, que se prolongou até a década de 1990. Posteriormente, a partir de 1985, fui o coordenador do GPE até 1996.

A partir de então, participei em cursos de graduação e pós-graduação, coordenando programas e orientando projetos de pesquisa, monografias de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado na UFBA, em outras universidades na Bahia, no Brasil e em outros países (Rússia, Argentina, Canadá, França, Portugal e Espanha), nas áreas de planejamento de sistemas energéticos, política e gestão ambiental, desenvolvimento municipal e regional e na área de cooperação internacional.

Durante os anos de 1980 e 1990, trabalhei em programas e projetos nas áreas de energia e meio ambiente para o governo da Bahia, com a Secretaria de Minas e Energia e o Centro de Pesquisas da Bahia (CEPED). Na maioria dos casos, com o apoio do Governo Federal, Ministério de Minas e Energia, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o CNPq, e o apoio da Comunidade Europeia, Canadá e Finlândia. A nível acadêmico, participei ativamente das atividades dos congressos brasileiro e sul-americano de energia. Entre 1980 e 1990, fui um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético e da Revista Brasileira de Energia. Também participei da implementação da política energética a nível federal, mas também no Nordeste e na Bahia, em sintonia com a realidade energética mundial.

Em 1989, integrei a Comissão Estadual, responsável pela coordenação do projeto que criou, em 1991, a Empresa Estadual de Gás (BAHIAGAS). Entre 1986 e 1989, integrei o Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia e a Comissão Estadual de Ciência e Tecnologia (COMCITEC).

No início dos anos de 1990, participei ativamente do processo de discussão entre a sociedade civil brasileira para a elaboração da proposta apresentada na ECO-92, Conferência da ONU, no Rio de Janeiro, sendo um dos elaboradores do documento final da área de energia, apresentado na conferência pelo movimento ambientalista brasileiro.

Em 1995, terminei o doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em São Paulo, sobre a indústria de petróleo, discutindo a situação e os desafios futuros da PETROBRÁS. Em 1996, participei como delegado da Bahia na Conferência das Américas para a elaboração da Carta da Terra, em Cuiabá, no Mato Grosso. Ainda na década de 1990, integrei a Comissão

Estadual da Agenda 21 da Bahia, participando do processo de construção da Agenda 21 brasileira e contribuindo para a elaboração da Agenda 21 do Nordeste.

Então, fiz parte do Conselho da Universidade Livre do Meio Ambiente, criada pela SUDENE, órgão do Governo Federal, responsável pelas políticas públicas para o desenvolvimento do Nordeste.

Entre 1996 e 1998, como representante da UFBA, participei do programa Xingó, do Governo Federal, para o desenvolvimento do semiárido, da bacia do rio São Francisco.

A partir da ECO-92, comecei a trabalhar, de uma maneira crítica, o conceito de desenvolvimento sustentável, aprovado naquela Conferência no Rio de Janeiro.

Participei da Conferência sobre Mudanças Climáticas em Montreal (2004) como representante da prefeitura de Salvador, discutindo as atividades voltadas para a construção de cidades sustentáveis. Entre 2003 e 2004, fui assessor do prefeito de Salvador, sendo responsável pela elaboração do programa de Cooperação Internacional e Assessoria Técnica para a elaboração e implementação da Política Ambiental de Salvador. Entre 2006 e 2007, fui assessor do secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia.

Em 2011, no Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da Universidade de Salamanca, realizei pesquisas de pós-doutorado trabalhando as relações entre as questões do desenvolvimento e da sustentabilidade com foco na realidade brasileira. Neste período, criamos um programa de atividades sobre desenvolvimento e sustentabilidade no CEB, que envolvia professores e alunos da Espanha, do Brasil e da América Latina, inclusive um Seminário Internacional, em abril de 2012.

Participei da Conferência Mundial de Meio Ambiente, da ONU, a RIO+20, no Rio de Janeiro, em 2012.

Nos últimos anos, venho desenvolvendo uma visão crítica em relação ao conceito desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. Participo de programas e projetos em prol do desenvolvimento e da sustentabilidade em uma perspectiva regional e local. Atualmente, integro a oficina da Cátedra da UNESCO em Sustentabilidade da UFBA, sou diretor do Instituto Politécnico da Bahia, presido o Conselho Consultivo da Fundação Astrogildo Pereira, a Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Brasil-Rússia da Bahia, integro o Conselho de Redação da Revista Política Democrática, o Conselho Editorial da Revista do Instituto Politécnico da Bahia e o Conselho Consultivo do Comitê de bacia do rio São Francisco.

SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA NA ATUALIDADE

VC: Como vê o paradigma da sustentabilidade no contexto da economia atual? Será que não foi assumido pelo capitalismo financeiro e corporativo para deter ou adormecer a consciência cidadã e a ação pública?

George Gurgel de Oliveira: A dinâmica das relações entre a sociedade e a natureza muda qualitativamente a partir da revolução industrial. As máquinas incorporadas aos

processos produtivos ampliam e mudam a escala de produção e consumo, colocando-se objetivamente a necessidade de ampliação dos mercados, além do Estado Nacional. Desde então, construiu-se uma lógica de produção e consumo que historicamente e atualmente mostrou-se insustentável. Esses processos e essas relações políticas, econômicas e sociais se desenvolveram e se desenvolvem em sintonia com a lógica do capital produtivo e financeiro, assim funcionou e tem funcionado a economia capitalista.

A partir dos anos de 1980 do século XX, começa a haver uma desproporção, cada vez maior, na relação entre estes capitais, criando-se uma dinâmica econômica que tem gerado crises recorrentes nas principais economias e na periferia do capitalismo mundial. Esta realidade, tem tido e continua a ter altos custos sociais na Europa, nos Estados Unidos, no Brasil e em todo o mundo. Assim, são evidentes as contradições entre o funcionamento do sistema capitalista mundial e a perspectiva do desenvolvimento e da sustentabilidade econômica, social e ambiental, tanto a nível mundial quanto nacional.

Como superar estas contradições? Construindo uma outra perspectiva de desenvolvimento, a partir de novas relações políticas, econômicas e sociais, ampliando a democracia participativa, distribuindo melhor a riqueza material produzida pelos que trabalham, preservando e valorizando a diversidade cultural e espiritual, afirmando os direitos e deveres individuais e coletivos, preservando os ecossistemas planetários. São questões estruturais a serem enfrentadas para a construção desta outra perspectiva de desenvolvimento e de sustentabilidade, necessárias para a sobrevivência de toda a humanidade.

Esta odisséia é possível? Vamos fazer esta travessia? Ou queremos nos autodestruir, destruindo os ecossistemas do planeta, como estamos fazendo de maneira vertiginosa desde o início do capitalismo, com este modelo de desenvolvimento que construímos, responsável pela destruição em massa, tanto nos períodos de guerras quanto nos de paz -de maneira silenciosa-excluindo uma boa parte da humanidade das conquistas sociais modernas?

Então, será o nosso caminho a autodestruição? Quantos planetas queremos destruir com o complexo industrial militar existente? O domínio da energia nuclear e a construção de bombas atômicas é para repetir a insensatez de Hiroshima e Nagasaki? São dilemas que devemos enfrentar como humanidade.

Somos natureza, sempre é bom lembrar: desde as cavernas fomos nos transformando e transformando a natureza. E até quando vamos continuar a nos agredir e a própria natureza? Temos compromissos com as gerações futuras? Queremos passar ou ficar no planeta? Quais são os agentes políticos, econômicos, sociais e ambientais que contamos e os que precisamos ter para superar esta realidade?

Portanto, para superar esta realidade é preciso entender a sociedade na qual vivemos, para transformá-la no caminho de outra perspectiva política, econômica e social.

Até os anos de 1960 do século XX, o conceito de desenvolvimento, de políticas públicas, o funcionamento do mercado e da sociedade em geral não incorporavam a questão ambiental como uma variável do processo de desenvolvimento, do cotidiano das pessoas, da vida em sociedade como um todo. A concepção era de que o planeta era infinito, portanto, os recursos naturais também eram infinitos. O crescimento econômico era sinônimo de desenvolvimento. Assim, a preocupação com a questão ambiental como uma das variáveis do processo de desenvolvimento é muito recente na humanidade.

Atualmente, as principais economias mundiais, concentradas no G20, particularmente, os

Estados Unidos, a China e a Rússia, onde vive a maioria da população mundial, consumindo mais da metade dos recursos naturais do planeta. Esses grupos de países têm uma responsabilidade maior, na perspectiva de mudança desta realidade. As ações que deveriam ser implementadas a partir da Agenda 21, particularmente em relação às mudanças climáticas, continuam sendo adiadas com danos irreversíveis aos ecossistemas planetários, com reflexos econômicos e sociais negativos na vida de milhões de pessoas em todos os continentes.

A dinâmica de funcionamento do sistema capitalista, do capital produtivo e financeiro, o consumismo exacerbado, o funcionamento dos organismos multilaterais, da própria ONU (que ainda funciona com a lógica dos vencedores da segunda guerra mundial), o poder de veto é apenas dos Estados Unidos, da China, da Rússia, da Inglaterra e da França; como também o funcionamento do FMI e do Banco Mundial, entre outros, não sinalizam de maneira efetiva para as mudanças necessárias apontadas nas conferências mundiais da ONU desde 1972, referendadas pela maioria da comunidade científica e as organizações da sociedade civil a nível mundial. Portanto, temos muito o que fazer para mudar esta realidade.

VC: As conferências da ONU sobre o meio ambiente incluem grandes doses de otimismo y esperança sobre a possibilidade de uma saudável Agenda Meio ambiental para o século XXI. Na sua opinião, quais são ou estão sendo os resultados mais positivos e negativos daquele momento?

George Gurgel de Oliveira: A primeira conferência mundial da ONU sobre o meio ambiente foi em Estocolmo, em 1972, quando se trabalhou o conceito de eco desenvolvimento. Então, ficou evidente a necessidade de considerar as variáveis econômicas, sociais e ambientais em qualquer escala territorial, tanto a nível mundial, quanto a nível nacional e local, para uma outra estratégia de desenvolvimento mundial, nacional e local. A partir de então, iniciou-se um processo de tomada de consciência e de discussão das questões ambientais nos planos mundial, nacional e local, em função dos graves problemas decorridos do desenvolvimento industrial e urbano, da concentração de populações e indústrias, ampliando o nível de poluição das águas, da atmosfera e dos solos, impactando, cada vez mais, nos ecossistemas do planeta. Posteriormente, aconteceram as conferências do Rio de Janeiro, em 1992, a de 2002, em Johannesburgo, na África do Sul e, novamente, no Rio de Janeiro, em 2012, a Rio+20.

Concordamos que se avançou pouco em termos globais, em relação às demandas ambientais em discussão: a maioria dos problemas não foram enfrentados e as soluções continuam sendo adiadas. Participei da conferência no Rio, em 1992, e, então, eram grandes as expectativas e havia um otimismo por parte da maioria dos participantes. Na última conferência mundial, a RIO+20, percebi durante o desenrolar das reuniões, um ambiente de frustração em relação ao que se foi planejado em 1992, principalmente em relação às metas da Agenda 21 e às medidas que deveriam ser tomadas para minimizar os efeitos das mudanças climáticas, o que tem causado danos irreversíveis aos ecossistemas planetários, impactando populações em regiões litorâneas com o aumento do nível do mar em todo o planeta.

Por outro lado, constata-se de maneira positiva, a ampliação da consciência mundial, dos movimentos políticos e sociais e uma participação cada vez mais ampla da comunidade científica, que clamam por tratar com a urgência devida as questões ligadas à degradação dos ecossistemas, das mudanças climáticas e das relacionadas com a exclusão social, como também a necessidade de uma nova economia, de baixo consumo de carbono, variáveis a serem consideradas na perspectiva de outro tipo de desenvolvimento, que se quer sustentável. Ainda neste contexto, há que acrescentar os impactos econômicos, sociais e ambientais causados pelas guerras regionais, os conflitos étnicos, religiosos e a migração de milhares de

peças do continente africano para a Europa, apontando para uma realidade econômica, social e ambiental insustentáveis.

Assim, em um contexto de crises econômicas recorrentes do capitalismo, desde a década de 1980, e as recentes nos Estados Unidos, em 2008, ainda com a atual situação econômica e social da Comunidade Europeia, não se consegue avançar na perspectiva deste desenvolvimento e desta sustentabilidade, desejados e necessários a sobrevivência da humanidade.

O que vem acontecendo desde os anos de 1980 é o avanço das políticas econômicas neoliberais, a prevalência do capital financeiro em relação ao capital produtivo, que torna vulnerável as conquistas do Estado do Bem-Estar Social, colocando populações e países da Europa, a exemplo da Irlanda, Portugal, Espanha e Grécia, em situação de graves retrocessos políticos, econômicos e sociais.

Naturalmente, esta realidade é muito distinta do que foi proposto e está sendo proposto nos relatórios e agendas das conferências da ONU, desde a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente, em Estocolmo, em 1972, e a última, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 2012, a chamada RIO+20. Portanto, também para a Agenda 21, a conjuntura atual é desfavorável para a sua implementação.

Nesse sentido, podemos perguntar: quais são os caminhos, a nível mundial, nacional e local, que devemos trilhar para viabilizar esta Agenda? Quais são as políticas que devem ser implementadas?

Constatamos, que nos últimos anos, na Europa, na América e em grande parte do mundo, há um desencanto com as formas de fazer política, inclusive com os partidos sociais democratas, socialistas e comunistas, que até o século XX eram partidos que participaram ativamente dos processos políticos, econômicos e sociais, e tinham, além disso, um amplo apoio social, particularmente dos trabalhadores. Como voltar a encantar as novas gerações para a política, de maneira a ser possível transformar estas realidades econômica, social e ambiental atuais? Creio que estão dadas as condições para construir novas maneiras de fazer política, as sinalizações estão nas redes e nas praças, em toda a parte. A nova maneira de fazer política, deve estar centrada nos interesses coletivos e individuais, com foco nas questões que levem a uma outra perspectiva de desenvolvimento, considerando a democracia como um valor permanente, pactuada e repactuada nos processos políticos, econômicos e sociais, que nos leve a essa sustentabilidade almejada.

Desde os anos de 1970, a ampliação da consciência ambiental a nível mundial, nacional e local é bastante positivo, desde a perspectiva de uma sociedade sustentável. A perspectiva sustentável desafia a construção de novas relações políticas, econômicas e sociais entre os diversos atores do Estado, do mercado e da sociedade civil. Neste contexto, os desafios de superação do atual modelo de desenvolvimento são fundamentalmente políticos. No processo de conscientização e crítica em relação ao modelo de desenvolvimento atual, estão sendo criadas as condições políticas, econômicas e sociais para a construção deste desenvolvimento e desta sustentabilidade.

Assim, temos que compreender e trabalhar os conflitos ambientais como parte integrante da história da humanidade em suas relações com a natureza, procurando entender os conflitos e contradições da sociedade atual, buscando soluções, sobretudo, identificando as diferenças e os reais interesses entre os diversos atores sociais em questão, criando os fundamentos de novas relações políticas, econômicas e sociais para a sociedade futura, que se almeja sustentável.

SUSTENTABILIDADE E CRISE POLÍTICA NA ATUALIDADE

VC: Atualmente, o Brasil atravessa grandes dificuldades de caráter político e estrutural. Como esta situação, frequente em termos históricos, afeta os problemas meio ambientais do país, tanto em escala global como regional?

George Gurgel de Oliveira: Desde o processo de redemocratização da sociedade brasileira, após a superação do regime militar (1964 - 1985) e a promulgação da nossa atual Constituição, chamada por Ulisses Guimarães de “Constituição da Cidadania”, o Brasil não consegue afirmar um projeto nacional que aponte para mudanças estruturais, que nos leve à superação dos nossos graves problemas sociais, herdados desde a colonização e agravados durante mais de um século de vida republicana, conturbada entre golpes militares e pouco tempo de vida democrática. Como consequência, os nossos desafios históricos continuam atuais, para a construção de uma sociedade democrática, superando as nossas desigualdades sociais, apontando para uma outra perspectiva de desenvolvimento, construindo uma nova economia que preserve o meio ambiente, os nossos valores culturais e espirituais, preservando os nossos ecossistemas, construindo uma outra perspectiva de futuro para a maioria da sociedade brasileira. Construimos uma das sociedades com uma das maiores exclusões sociais e concentração de riquezas do planeta. A população brasileira é, aproximadamente, de 200 milhões de pessoas, com menos de 200 mil pessoas proprietárias da metade da riqueza nacional.

Queremos mudar esta realidade? Desde o início da colonização, Portugal já percebia o potencial das nossas riquezas. A carta de Pero Vaz de Caminha é um testemunho manifesto das riquezas naturais brasileiras. O pau brasil foi um símbolo desta riqueza natural, explorado de maneira monopolista por Portugal durante o período colonial. Este modelo extrativista e de exploração dos recursos naturais, com os seus diversos ciclos econômicos (pau brasil, mineração, café, borracha, cacau) e o próprio processo de industrialização determinaram o nosso modelo de desenvolvimento histórico e atual.

Os conflitos econômicos, sociais e ambientais gerados por este tipo de desenvolvimento permanecem como resultado das relações desiguais entre os diversos atores políticos, econômicos e sociais, que historicamente e atualmente determinam o funcionamento do Estado, do mercado e da sociedade em geral e as relações do Brasil com o mundo. Os custos econômicos, sociais e ambientais deste modelo de desenvolvimento são alarmantes, a exemplo do que aconteceu com a mata atlântica, apenas 8% da mata original está preservada atualmente, também é grande o nível de degradação da Amazônia, dos cerrados e do pantanal. A partir dos anos de 1970, com a construção de usinas hidroelétricas e ampliação das fronteiras da atividade agropecuária e a consolidação da industrialização brasileira no período militar.

A falta de saneamento básico, moradia, educação, saúde, trabalho e segurança pública chama a atenção para os graves problemas sociais da maioria da população brasileira.

Assim, o Brasil fez uma modernização conservadora. Avançou tecnologicamente em algumas áreas, por exemplo: a indústria de petróleo e gás, álcoolquímica, aviação, armas e equipamentos militares, agricultura e pecuária. Mas, ao mesmo tempo, somos exportadores de recursos naturais em larga escala: de minérios de ferro, produtos agropecuários, alumínio, papel e celulose, soja e carnes, com consumo gigantesco de água e energia em todos estes processos produtivos. Portanto, fica evidente a dependência da economia brasileira às principais

economias mundiais como fornecedora de matérias-primas e produtos manufaturados. A economia continua dependente das oscilações do valor das *commodities* no mercado mundial, com uma vulnerabilidade muito grande em relação à economia mundial, agravando-se com a situação dos últimos anos, de diminuição do setor industrial na participação do PIB brasileiro.

Neste contexto internacional, pela sua dimensão territorial, pelas riquezas naturais e pela base técnica e científica que o Brasil construiu, nos últimos anos, o país tem jogado um papel positivo na discussão de uma outra perspectiva de desenvolvimento, que se quer sustentável desde a RIO+92. Por outro lado, os processos políticos, econômicos e sociais que estão acontecendo, e que lutam por mudanças mundiais, podem contribuir para as mudanças do atual modelo de desenvolvimento brasileiro, particularmente, da economia com reflexos sociais e ambientais significativos. Portanto, objetivamente, coloca-se a necessidade de um diálogo permanente entre as forças políticas, econômicas e sociais nacionais e internacionais, que apostam neste processo de mudança no Brasil e no mundo, especialmente, em relação às organizações multilaterais, com maior protagonismo do Brasil na ONU, no FMI, no Banco Mundial, na OMC, na OIT, entre outros, também na União Europeia, nos BRICs, MERCOSUL e outros blocos continentais, para se trabalhar políticas de cooperação internacional de maneira integrada, que avancem para o desenvolvimento e a sustentabilidade mundial.

Naturalmente, a conjuntura atual brasileira, de grave crise política, econômica e social não apontam, a curto prazo, para mudanças que levem à esta perspectiva de desenvolvimento e sustentabilidade. No entanto, nos últimos anos, a sociedade brasileira tem se manifestado nas ruas e nas redes sociais de uma maneira muito clara, querendo reformas e um outro tipo de representação política, que tragam resultados efetivos para a população no seu cotidiano, marcado por precárias condições de mobilidade, segurança pública, educação, saúde, saneamento básico, trabalho, moradia, urgências que não podem mais serem postergadas para o futuro. Devemos aproveitar a atual crise no Brasil para avançarmos nas reformas tão necessárias, apostando em um novo pacto político, econômico e social, que nos ajude avançar a democracia brasileira, rumo a este futuro desejado.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

VC: O conceito de desenvolvimento sustentável da ONU é viável nestas circunstâncias. Quais são os grandes desafios que o Brasil enfrenta, depois de uma etapa de certa esperança nas políticas públicas?

George Gurgel de Oliveira: É importante entendermos o processo de construção deste conceito. O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi construído de forma pactuada, sob a liderança da ONU, refletindo os conflitos e contradições do mundo em que vivemos, que se materializam no funcionamento da própria ONU. Desde a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, já se colocava a necessidade de considerar a variável ambiental no processo de desenvolvimento, o que, então, foi chamado de eco desenvolvimento. Este conceito de eco desenvolvimento serviu para chamar a atenção da sociedade para o fato de que a variável ambiental deveria, a partir de então, ser considerada em qualquer estratégia de desenvolvimento. O conceito de eco desenvolvimento foi muito usado na década de 1970 e 1980.

Na preparação da RIO 92, foi criada uma comissão de trabalho pela ONU para preparar uma análise sobre a situação econômica, social e ambiental do mundo. Esta comissão elaborou um relatório “O Nosso Futuro Comum”, que foi a base da discussão para a conferência mundial de meio ambiente do Rio de Janeiro, a RIO 92. Neste documento, aparece, pela primeira vez, nos documentos da ONU, o conceito de desenvolvimento sustentável. A centralidade do conceito de desenvolvimento sustentável é chamar a atenção de todos para a necessidade de construção de outro modelo de desenvolvimento, que se quer sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental, e que as gerações atuais e futuras mantenham o compromisso com esta perspectiva. Os fundamentos do desenvolvimento sustentável, objetivos e metas estão consolidados no principal documento da conferência do Rio, a Agenda 21.

Como já comentamos anteriormente, a implementação desta Agenda 21 por parte da ONU e dos países signatários daquela conferência deixou muito a desejar, e por muitas razões. Fundamentalmente, porque estes compromissos não são obrigatórios, mas sim declaratórios. Assim, nem a ONU, nem as organizações multilaterais, nem os governos nacionais se sentem obrigados a implementar estas declarações e agendas propostas. Esta é uma questão central.

Em geral, os avanços acontecem em função da pressão da sociedade em relação a determinados projetos governamentais que, em sintonia com o mercado, ou ao contrário, causam grandes impactos no meio ambiente, com reflexos negativos na qualidade de vida das populações, o que vem acontecendo em várias regiões do mundo. Em relação ao Brasil, cujo processo de construção da sua Agenda 21 se prolongou por dez anos, foi entregue oficialmente a ONU em 2012, na Conferência de Johannesburgo, não houve e não há uma estratégia de implementação desta Agenda a nível nacional, de uma maneira integrada entre os entes da Federação. Os compromissos assumidos pelo governo brasileiro com a ONU e com a própria sociedade não estão em pauta, e muito menos incorporados no processo de construção e implementação das políticas públicas brasileiras. Falta sintonia, diálogo permanente, consenso entre os diversos atores políticos, econômicos e sociais para a implementação desta Agenda.

Desde 1970, avançamos no Brasil, como também a nível mundial, na tomada de consciência sobre a questão ambiental e as suas relações econômicas e sociais. No entanto, ainda estamos longe de incorporar estas questões no processo de construção das políticas públicas, tanto a nível federal, como estadual, e também na maioria dos municípios brasileiros, que não consideram a variável ambiental como um valor estratégico para o desenvolvimento.

Desde 1988, quando aprovamos a atual constituição brasileira, temos uma legislação ambiental avançada, cujo capítulo VI declara que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, sendo responsabilidade do poder público e da sociedade o dever de defender e preservar para as atuais e futuras gerações. Também, avançamos em relação à Política Nacional de Meio Ambiente, que tem como maior objetivo a preservação e a recuperação da qualidade ambiental do Brasil, criando as condições para o desenvolvimento econômico e social, protegendo a vida. Ainda, há que destacar a existência do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), responsável pela execução desta Política Ambiental e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), responsável pela implementação desta política. Assim, do ponto de vista institucional, nos últimos vinte e cinco anos de redemocratização da sociedade brasileira, criamos as condições para a construção de políticas públicas, que incorporem de maneira transversal as questões econômicas, sociais e ambientais, fundamentos para a construção de uma outra perspectiva de desenvolvimento que deve ser sustentável.

No entanto, a realidade é muito mais complexa. No Brasil, desde os anos de 1970, os grandes programas e projetos de infraestrutura construídos, desde o regime militar e que continuam atualmente, desconsideram a legislação ambiental vigente, criam maneiras e artifícios para o não cumprimento das legislações, acarretando,

muitas vezes, em graves acidentes e impactos sociais e ambientais. Além da questão do desmatamento da Amazônia, muito conhecido internacionalmente, recentemente, tivemos um grave acidente na área de mineração em Mariana (no estado de Minas Gerais), considerado como o maior acidente ambiental na área de mineração do planeta. Demonstrando, portanto, a distância entre os avanços institucionais e a realidade brasileira.

Os limites e desafios desta outra perspectiva de desenvolvimento que deve ser sustentável para o Brasil, estão relacionados com o processo histórico e atual do desenvolvimento e as escolhas que a própria sociedade brasileira precisa fazer. A identificação das contradições e os conflitos econômicos e sociais do atual modelo de desenvolvimento brasileiro são desafios para a construção de uma outra perspectiva de desenvolvimento, através de um outro pacto político e social a ser realizado entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, com a participação ativa da cidadania.

VC: A partir da sua experiência e conhecimentos, a política energética de baixo consumo de combustíveis fósseis é a base para uma economia de baixo carbono e de conservação dos grandes conjuntos da biosfera na luta contra o câmbio climático?

George Gurgel de Oliveira: Por tudo que já conversamos até agora, temos que caminhar para uma política energética de baixo carbono, pela simples razão de que os combustíveis fósseis, como os demais recursos do planeta, são finitos. Com o avanço da ciência, da tecnologia e o desenvolvimento de novos materiais, a eficiência energética deverá, cada vez mais, ter um papel de destaque na matriz energética mundial e nacional em sintonia com a utilização da biomassa, energia solar, eólica e água, na perspectiva de uma matriz energética mundial de baixo carbono.

A concentração industrial e urbana, o aumento da população humana -saímos de 1,5 bilhões para 6 bilhões no final do século XX, e ao mesmo tempo, a ampliação da produção e do consumo desde a revolução industrial impactaram e continuam impactando, muitas vezes acima da capacidade de suporte dos ecossistemas do planeta, gerando o que se passou a conhecer como efeito estufa, em função das emissões de gases, principalmente, gás carbônico e metano na atmosfera.

Desde a década de 1990, com a assinatura do Protocolo de Kyoto, em 1997, a questão das emissões de gases de efeito estufa tornou-se uma questão pública, uma preocupação de toda a sociedade, discutida desde os fóruns internacionais, a exemplo da ONU, mas também localmente pelos impactos causados por estas emissões em toda a humanidade, independentemente da cor da pele, da ideologia, da religião, indistintamente. Evidencia-se, portanto, um a forte relação entre o efeito estufa e as opções energéticas de cada sociedade. Assim, a política energética que sustentou e sustenta o atual modelo de desenvolvimento, baseada em combustíveis fósseis, é insustentável. A política de preços, a diminuição das reservas dos combustíveis fósseis e o desenvolvimento de novas tecnologias na área de energia criam as condições para a viabilização das chamadas energias renováveis (biomassa, eólica, solar e das águas, inclusive a partir dos movimentos ondas do mar), a exemplo do PROALCOOL no Brasil, que se consolidou como o maior programa de substituição de combustíveis fósseis do planeta. Em uma perspectiva otimista, compartilhada por mais de 196 países que ofereceram contribuições nacionais para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, o acordo de Paris, adotado pela ONU na Convenção do Clima, em 2015, estabelece como objetivo, em 2100, o limite de 2° C para o aumento médio global de temperatura, relativamente aos níveis pré-industriais, e recomenda esforços para que este limite não ultrapasse 1,5° C.

Podemos contrapor a este otimismo da Conferência de Paris, o diagnóstico pessimista de outro relatório da própria ONU, realizado pelo programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, para a Conferência RIO+20, em 2012, no Rio de Janeiro. O relatório, de maneira conclusiva, observa que a pressão das atividades humanas no planeta, acumuladas desde a industrialização até os nossos dias, são responsáveis por danos ambientais, muitas vezes irreversíveis, aos ecossistemas planetários.

Neste contexto, deve-se trabalhar as sinergias entre as políticas públicas, particularmente, as voltadas para as áreas de energia e as de mitigação de gases de efeito estufa, em sintonia com as políticas de desenvolvimento de uma maneira mais ampla. Aqui há muito o que fazer, beneficiando as economias nacionais, regionais e locais. Os ganhos setoriais são significativos desde o aprimoramento dos instrumentos de gestão, até a utilização de novas tecnologias de baixo consumo de carbono e, especialmente, as que utilizam outras fontes de energia, por exemplo: solar, eólica, biomassa e a própria água. Neste processo, deve-se deixar claro os ganhos econômicos indiretos, entre outros, na área de saúde, mobilidade urbana, turismo, esporte e lazer, com a diminuição das emissões de gases de efeito estufa nos centros industriais e urbanos, e os reflexos destas políticas na qualidade de vida das pessoas.

Enfim, questões que relacionam energia, mitigação de gases de efeito estufa devem estar relacionadas com as políticas públicas em geral, em prol do desenvolvimento e da sustentabilidade.

SUSTENTABILIDADE NOS ÂMBITOS ACADÊMICOS E POLÍTICOS NO BRASIL

VC: Em sua opinião, como estão sendo abordadas e discutidas as questões meio ambientais e a sustentabilidade nos âmbitos acadêmicos e políticos do Brasil. De alguma maneira, transcenderam à participação da cidadania?

George Gurgel de Oliveira: O Brasil é parte integrante deste mundo cada vez mais interdependente, apesar de estarmos vivendo uma época fragmentada. Após a queda do muro de Berlim e o esgotamento da experiência soviética, ficamos sem as grandes narrativas, utopias que formataram, pelo menos influenciaram, as sociedades contemporâneas.

E agora? A sociedade política, a intelectualidade e a vida acadêmica brasileira vivem também estes dilemas. Constatamos que as tentativas neoliberais também não deram certo no Brasil. E, quais serão os caminhos para superarmos esta realidade? Devemos retomar a discussão do Estado do Bem-Estar Social? Quais os limites e os potenciais desta perspectiva? Quais são as forças políticas, econômicas e sociais que querem participar deste processo? Como faremos isto? São infindáveis os questionamentos nessa direção. A partir deste contexto é que devemos refletir sobre a realidade brasileira e, particularmente, os comportamentos dos políticos e dos acadêmicos no Brasil.

Na atual conjuntura, o Brasil vive uma grave crise política, econômica e social. Em menos de trinta anos, vivemos recentemente o segundo processo de *impeachment*, com o povo demonstrando seu descontentamento nas ruas e nas redes, com manifestações de milhões de pessoas, desde junho de 2013. A sociedade clama por mudanças. As reformas no Brasil não podem ser mais adiadas, principalmente a reforma política, necessária e urgente, para que a partir dela, a sociedade brasileira possa avançar na construção de um outro pacto político, que enfrente os desafios econômicos, sociais e ambientais, históricos e atuais.

Quanto a vida acadêmica, pelo menos o que acompanho, em relação às universidades federais, construiu-se um corporativismo que não é salutar à vida universitária, ao desenvolvimento científico e tecnológico, quando, em geral, a meritocracia não tem o devido reconhecimento. Criou-se um ciclo vicioso difícil de romper, que prejudica principalmente a sociedade, que não sente no seu cotidiano a sintonia entre a universidade e as diversas esferas do Estado, nos planos federal, estadual e municipal.

Também, nas relações com o mercado ficamos a desejar. Os movimentos da sociedade civil dialogam melhor com a universidade brasileira. Com as minhas tentativas de colocar a universidade em sintonia com as demandas da sociedade, aprendi, em todas as esferas destas relações -Estado, mercado e sociedade civil-, que muitas vezes os problemas não estão somente na universidade, mas sim nos parceiros. Somos bem recebidos, contudo, na maioria das vezes, a cooperação não se concretiza, por outras razões que fogem à esfera acadêmica e do que seria de interesse público. Nas áreas de energia e ambiental que conheço melhor, existem grupos qualificados em várias universidades brasileiras. As relações de cooperação mais permanentes, necessárias à construção de políticas públicas, pelo menos as de médio prazo, via de regra, não são fáceis. São determinadas, muitas vezes, em função da conjuntura política. Muda-se o grupo político no poder e não há uma continuidade, regra geral, dos programas e projetos, o que vulnerabiliza essas políticas públicas de médio prazo, as que precisam ir além dos mandatos governamentais. Esta situação traz perdas econômicas e sociais para a sociedade, que no final das contas, mantém as universidades públicas com o pagamento de impostos. Essas relações refletem as contradições da própria sociedade brasileira, com especificidades em função das realidades regionais.

Portanto, devemos trabalhar na perspectiva de construir alternativas ao atual modelo de desenvolvimento brasileiro, em função das potencialidades disponíveis no país: de sua biodiversidade, território, riquezas minerais, água, energia solar e eólica. Os limites impostos à economia baseada em carbono, colocam o Brasil em uma situação de destaque, em relação à questão energética, com vantagens comparativas primordiais na perspectiva de uma nova economia, a caminho de um outro desenvolvimento e da sustentabilidade almejada pela maioria da sociedade.

VC: Muito obrigado pela oportunidade da entrevista e por trazer essas considerações sobre a importante temática do desenvolvimento sustentável no Brasil e de seus desdobramentos nas políticas internacionais.

George Gurgel de Oliveira: Eu que agradeço a oportunidade de compartilhar essas reflexões.